

EMPRESA: ORÇAMENTO.

Servaz priorizaria Ação Social e Desenvolvimento Regional

O mapa de acompanhamento da execução do orçamento da União de 1991 feito pela Servaz Construções e Drenagens mostra que o antigo Ministério da Ação Social (atualmente chamado de Ministério do Bem-Estar Social), a extinta Secretaria de Desenvolvimento Regional (transformada em Ministério da Integração Regional), o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) constituíam o principal alvo da empresa.

Dezenove obras desses quatro órgãos distribuídas em dez Estados, no valor de US\$ 59,8 milhões, mereceram atenção especial da empreiteira, que era informada sobre cada moeda que deixava os cofres do Tesouro Nacional em direção aos canteiros.

Principalmente em função do descontingenciamento (parte que ficava fora do sistema de execução do orçamento), que atingiu a metade daquele valor, e significa-

va a parcela com a qual, de fato, a empresa poderia contar para o seu faturamento.

Se o mapa for comparado com um extrato da conta de Paulo César Farias, o PC, na Caixa Econômica Federal, o cruzamento das informações mostra que PC recebeu 13% do valor das liberações.

PC Farias: 13%.

FISCALIZAÇÃO DIFÍCIL

Durante todo o ano de 1991, do total de US\$ 5,6 milhões estimados para a obra de abastecimento de água de Teresina, no Piauí, foram liberados US\$ 700 mil, sobre cuja importância Paulo César Farias teria recebido sua parcela, na época somada a propinas pagas para serviço semelhante em outras seis obras. O cronograma de liberação seria feito de comum

acordo entre PC e a empreiteira Servaz.

Outro documento anexo aos obtidos pela **Agência Estado** mostra que a Servaz também tinha grande intimidade com todos os números do orçamento de 13 grandes obras alimentadas com dinheiro fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Desse total, oito obras eram de drenagem de rios, uma das modalidades de serviço realizado por empreiteiras que permite um ganho acima do estimado, porque a fiscalização é muito difícil de ser exercida.

Os mapas da empresa ainda revelam uma grande preocupação com diversos detalhes, principalmente com a rubrica (código) que permite a quem lê o orçamento identificar a alocação dos recursos e contém observações sobre a eventualidade da obra ser transferida para outra empresa.